



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CERRO LARGO  
CURSO DE QUÍMICA LICENCIATURA**

**ALICE PANIZ FONTOURA**

**CONTRIBUIÇÕES DE LOUREIRO NAS PERSPECTIVAS CRÍTICA,  
TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**CERRO LARGO**

**2019**

**ALICE PANIZ FONTOURA**

**CONTRIBUIÇÕES DE LOUREIRO NAS PERSPECTIVAS CRÍTICA,  
TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito parcial para obtenção de  
grau em Química Licenciatura pela Universidade  
Federal da Fronteira Sul – *Campus* Cerro Largo  
Orientadora: Professora Dra. Rosangela Inês Matos  
Uhmann

**CERRO LARGO**

**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Fontoura, Alice Paniz  
Contribuições de Loureiro nas Perspectivas Crítica,  
Transformadora e Emancipatória de Educação Ambiental /  
Alice Paniz Fontoura. -- 2019.  
30 f.

Orientador: Doutora Rosangela Inês Matos Uhmman.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Química-Licenciatura, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Educação Ambiental . I. Uhmman, Rosangela Inês  
Matos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

ALICE PANIZ FONTOURA

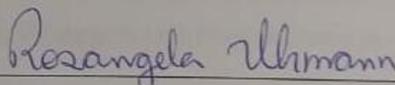
CONTRIBUIÇÕES DE LOUREIRO NAS PERSPECTIVAS CRÍTICA,  
TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito parcial para obtenção de  
grau em Química Licenciatura pela Universidade  
Federal da Fronteira Sul – *Campus Cerro Largo*  
Orientadora: Professora Dra. Rosangela Inês Matos  
Uhmann

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

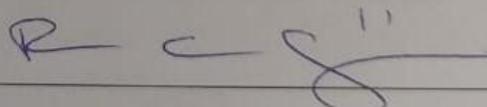
11/12/2019

BANCA EXAMINADORA

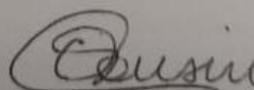


Profa. Dra. Rosangela Inês Matos Uhmann – UFFS

Orientadora



Prof. Dr. Roque Ismael da Costa Güllich – UFFS



Profa. Dra. Cláudia da Silva Cousin – FURG (por Skype)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio e incentivo para a realização da presente pesquisa.

À minha querida Orientadora, professora Doutora Rosangela Inês Matos Uhmman, por me acolher e incentivar em cada passo, desde o primeiro momento na instituição e por me apresentar e dividir seus conhecimentos de forma marcante e cativante para a Educação Ambiental, proporcionando crescimento pessoal e profissional.

Aos demais professores, pelos ensinamentos necessários para uma excelente formação.

À Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Cerro Largo*, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Por fim, agradeço a todos os amigos e colegas que de alguma forma contribuíram para o presente estudo.

Muito obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa consiste em estudar a temática da Educação Ambiental (EA), tema transversal de fundamental importância, que exige mais diálogo reflexivo devido a sua complexidade na atualidade, não importando o espaço e/ou nível educacional. Por pensar na EA com responsabilidade, buscamos entender as perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA, com base nas ideias do pesquisador Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Para tanto, nesta pesquisa qualitativa nos desafiamos a investigar as três perspectivas de EA, através de análise em alguns livros e capítulos de Loureiro, bem como em pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a partir do ano de 2010. Neste estudo, concluímos que as perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA são extremamente complexas e necessárias, as quais estão interligadas, possuindo especificidades na complementariedade, visto que a perspectiva crítica, por exemplo, retrata as relações sociais em processo social de transformação, exigência da perspectiva transformadora, junto da transformação social pelo viés da perspectiva emancipatória. O que nos leva a não só pensar, mas entender que a nossa função social como educador não pode estar alienada das ações socioambientais.

**Palavras-chaves:** Loureiro, Emancipação, Socioambiental. Transformação Social.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referências dos livros e capítulos de livros de Carlos Frederico Bernardo Loureiro .....	11
Quadro 2 – Títulos das teses e dissertações encontradas no IBICT.....	12
Quadro 3 – Teses e dissertações respectivas à perspectiva crítica, transformadora e emancipatória .....	23

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BDBTS – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

EA – Educação Ambiental

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PUCRio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	9
2 O CAMINHO DA PESQUISA .....	11
3 UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO DE CARLOS FREDERICO BERNARDO LOUREIRO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	14
3.1 Educação Ambiental: Questões de vida .....	14
3.2 Sustentabilidade e educação: Um olhar da ecologia política .....	16
3.3 Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental.....	17
3.4 Educação Ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos .....	18
3.5 Problematizando conceitos: contribuição à práxis em Educação Ambiental.....	20
3.6 Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária.....	21
3.7 Teoria Social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental.....	21
4 PRESPECTIVA CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
6 REFERÊNCIAS .....	31

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sendo a Educação Ambiental (EA) tema transversal de fundamental importância, destacando-se nas discussões atuais, ou seja, é necessário entender como esta temática precisa estar inserida nos contextos educacionais desenvolvendo um papel transformador. Com o aumento dos problemas ambientais e as consequências negativas ocasionadas, a perspectiva crítica da EA constitui-se um discurso que considera a prática como via de enfrentamento dos problemas ambientais, pois, “[...] é como se não houvesse tempo a perder com questões teóricas que não levam a resultados imediatos, cabendo, portanto, a ação rápida e direta para conter a destruição em curso” (LOUREIRO, 2019, p. 26).

É necessário que a EA seja: “[...] inserida em um contexto maior, que produz e reproduz as relações das sociedades, as quais, para serem transformadas, dependem de uma educação crítica e de uma série de outras modificações nos planos político, social, econômico e cultural” (LOUREIRO, 2002, p. 92).

Para tanto, neste estudo buscamos compreender melhor a EA por meio das ideias do pesquisador Carlos Frederico Bernardo Loureiro, formado em Ciências Físicas e Biológicas (Licenciatura) e Ecologia (Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1989 – 1988), Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRio (1992) e Doutorado em serviço social pela UFRJ (2000). Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Loureiro é militante da causa ambiental, participando de movimentos sociais em defesa de um mundo mais justo e igualitário. Sendo um autor contemporâneo, destaca-se cada vez mais como uma forte referência na área da EA, atuando de diferentes maneiras para que essa temática esteja cada vez mais presente em todos os níveis educacionais de educação formal e não formal. É autor de vários livros, capítulos e artigos sobre a perspectiva da EA, defendendo a EA de forma ampla, integrada, política e crítica. Em seus estudos, propugna a importância da inserção em todos os espaços escolares de uma EA crítica, transformadora e emancipatória.

A EA crítica estar presente nos espaços educacionais, relacionada com as ciências, matemática e outros saberes, faz-se necessária, para que nos ajude a construir um conhecimento que sirva de base para uma reflexão sobre os problemas ambientais, e, a partir disso, estudarmos possibilidades de reversão do processo de exploração da natureza: “É preciso aprender o movimento real para elaborar as categorias teóricas e metodológicas que

permitirão uma ação planejada e ajustada, e isto se aplica na prática de projetos, ações com movimentos sociais e políticas públicas” (LOUREIRO, 2019, p. 48).

Trabalhar com a EA crítica nos espaços escolares é um desafio. Urge entendermos que a definição do caráter crítico recai no foco de análise, nos conteúdos trabalhados e o lugar das atividades no processo educativo. “O tipo de trabalho crítico é aquele em que a atividade é meio para problematizar, conhecer e transformar, e não finalidade” (LOUREIRO, 2019, p. 62), em que o processo se sobressai aos resultados. Uhmman, Vorpapel, Günzel (2018, p.243) destacam: “[...] é necessário pensar a EA como meio para elencar questões controversas, ou seja, analisar o campo em que as informações se movem, para quê e para quem são voltados os interesses”. Loureiro (2019) vai além ao dizer:

Parte-se de um conjunto de princípios, diretrizes, fundamentos teóricos e intenções pautadas que, ao serem interpeladas pela realidade das pessoas envolvidas, por suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, seus códigos morais, costumes e condutas, e pelo desenho das instituições participantes, são aprimorados, aprofundados e moldados na direção educativa transformadora (LOUREIRO, 2019, p. 50).

Outro ponto importante a ser pensado para o processo educativo, além da perspectiva crítica e transformadora de EA, é a perspectiva emancipatória da mesma, a qual compreende a EA como forma de transformação social a partir do diálogo, do fortalecimento dos sujeitos, visando à superação das formas de dominação capitalistas (LOUREIRO, 2006).

Emancipar não é estabelecer o caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e forma de organização societária, produzindo patamares diferenciados de existência (LOUREIRO, 2006, p. 32).

O que requer uma compreensão ampla da EA de forma articulada nas instituições de ensino, pois é preciso investir em ações articuladoras capazes de enfrentar as dificuldades no processo de mudança para uma qualidade de vida melhor.

Portanto, o objetivo principal da presente pesquisa constituiu-se em compreender as perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA proposta pelo pesquisador Carlos Frederico Bernardo Loureiro em livros e capítulos a partir 2010, bem como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) pelo nome do pesquisador militante da EA: “Carlos Frederico Bernardo Loureiro”. Na sequência é apresentado o caminho da pesquisa e as duas categorias organizadas nesta.

## 2. O CAMINHO DA PESQUISA

Para esta pesquisa qualitativa, com base em Lüdke e André (1986, p.42), é necessário: “[...] organizar os dados, num processo de inúmeras leituras e releituras, o pesquisador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais frequentes. Esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias”. Para tanto, realizamos uma busca no Currículo Lattes do pesquisador Carlos Frederico Bernardo Loureiro para identificar os livros e capítulos de livros com foco na temática da EA, publicados a partir do ano de 2010 (mesmo publicados antes deste período, foi contabilizada a data da última edição), totalizando 03 livros, denominados de L1, L2 e L3 e 04 capítulos de C4, C5, C6 e C7, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Referências dos livros e capítulos de livros de Carlos Frederico Bernardo Loureiro

<b>Código</b>	<b>Referência</b>
L1	LOUREIRO, C. F. B. <b>Educação Ambiental: questões de vida</b> . São Paulo: Cortez, 2019.
L2	LOUREIRO, C. F. B. <b>Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política</b> . São Paulo: Cortez, 2012.
L3	LOUREIRO, C. F. B. <b>Trajetória e Fundamentos da educação ambiental</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
C4	LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAMOSA, R. A. C. (Org.). <b>Educação Ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Quartet, 2015. p. 35 – 67.
C5	LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). <b>Pensamento complexo, dialética e educação ambiental</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 104 – 161.
C6	LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). <b>Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania</b> . São Paulo: Cortez, 2002. p. 69 – 98.
C7	LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). <b>Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate</b> . São Paulo: Cortez, 2000. p. 13 – 51.

Fonte: os autores

Também realizamos revisão na BDBTD, no *site* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a partir do mesmo ano (2010) estipulado para as obras, observando o descritor: “Carlos Frederico Bernardo Loureiro”, sendo encontrado um total de

cinco (5) teses e oito (8) dissertações, nominadas de T1 a T5 para as teses e D6 a D13 para as dissertações, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Títulos das teses e dissertações encontradas no IBICT

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
T1	Educação ambiental crítica na escola e crítica ideológica.	PENELUC, M. C.
T2	A interdisciplinaridade na produção em educação ambiental: uma leitura ontometodológica à luz do materialismo histórico-dialético.	COSTA, C. A. S.
T3	A temática ambiental na educação superior: políticas, gestão acadêmica e projetos de formação nos cursos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.	BATISTA, M. S. S.
T4	PEAS – Programas de educação ambiental no licenciamento: uma análise e uma proposta pedagógica para além do capital social.	PEREIRA, M. O. R.
T5	Educação ambiental: mediações sociais e políticas e a indolência do poder público à sua inclusão no ensino formal.	FILHO, F. D. M.
D6	Avaliação processual pela metodologia IBSE (Inquiry Based Science Education) na formação ecocidadã: contribuições para o ensino de ciências.	CESCHII, M. S. C.
D7	O estado da arte da agroecologia na UFRRJ com enfoque nas produções acadêmicas em agroecologia na pós-graduação.	GUIMARÃES, B. R.
D8	“Escute um pouco seu mestre menina...” O ambiente gingado e narrado a partir da capoeira angola: tecendo conexões entre corpo, cultura e educação ambiental.	SCHROEDER, A.
D9	A educação ambiental no curso técnico ou nível médio em agropecuária na forma integrada do IFAM/Campus Maués.	DIBO, A. C. S.
D10	Educação ambiental e a troca de saberes.	SILVA, C. M. A.
D11	Estímulo a percepção de impactos ambientais no meio rural como prática pedagógica para estudantes do curso técnico em agropecuária.	XAVIER, J. V.
D12	Educação ambiental em unidades de conservação: a experiência da ação cultural de criação saberes e fazeres da mata atlântica no litoral norte gaúcho.	WITT, J. R.
D13	Educação ambiental emancipatória: possibilidades em uma escola pública.	FERRAZ, J. B. S.

Fonte: os autores

E como critério de observação e análise das pesquisas, livros e capítulos de Loureiro, embasamo-nos em Lüdke e André (1986) ao organizarmos as categorias, para as quais buscamos fazer uma escrita fundamentada das perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA, sendo usados excertos em itálico no decorrer deste estudo. Abaixo

apresentamos uma discussão dos três livros (2019, 2012, 2006) e quatro capítulos (2015, 2011, 2002, 2000) intitulados do pesquisador Loureiro, constituindo-se: “Um olhar para a produção de Carlos Frederico Bernardo Loureiro sobre a EA” e após, as “Perspectiva crítica, transformadora e emancipatória de EA”.

### **3. UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO DE LOUREIRO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Nesta primeira categoria iremos abordar a análise de cada livro e capítulo de livro do pesquisador Carlos Frederico Bernardo Loureiro de forma individual, destacando as principais características de cada obra e como as perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA estão presentes.

#### **3.1. Educação ambiental: questões de vida**

Loureiro (2019) apresenta em seu livro um texto dialogado com a EA, chamando o leitor à reflexão. O mesmo está dividindo em três momentos. No primeiro traz uma descrição sistemática de aspectos identificando a prática social, teorizando e problematizando, afirmando que não existe uma receita pronta para o trabalho da EA. No segundo, apresenta fundamentos teóricos no que diz respeito às interações do ser humano com a natureza e sociedade. E no terceiro momento apresenta justificativas pessoais para alguns posicionamentos, contando um pouco de sua trajetória voltada à EA crítica no Brasil.

Em vários momentos, Loureiro (2019) apresenta questões pessoais de experiências adquiridas ao longo de sua carreira sobre a EA, razões que o constituíram como referência na área. Defende a educação como condição para a transformação social, afirmando que: “[...] é possível definir a educação como uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido, criado e recriado a partir dos diferentes saberes de uma cultura” (LOUREIRO, 2019, p.21).

Loureiro defende que as escolas em uma perspectiva emancipatória precisam formar cidadãos capazes de conviver em sociedade e decidir como precisam ser, não apenas formar para o mercado de trabalho. Afirma que não se constrói um processo educativo emancipatório com aqueles que estão de acordo com as relações sociais dominantes na contemporaneidade.

Para Loureiro, o processo educativo precisa ser iniciado a partir do diálogo, da fala e da escuta. “Realizar esse movimento garante a objetividade do processo educativo, a concordância coletiva com o que está em jogo” (LOUREIRO, 2019, p. 52). O processo social que toma o diálogo instituído pelos agentes sociais em movimentos transformadores é capaz de materializar as mudanças necessárias, em um processo emancipatório.

Para nos educarmos ambientalmente é preciso conhecer a realidade dos sujeitos, o meio social e cultural em que estão inseridos e o modo como cada sujeito pensa e vê o mundo. Partir de uma metodologia crítica, a exemplo do desperdício de água, não basta constatar que o problema existe e que deve ser evitado pelas ações pessoais que levariam a uma economia de água. Isso seria uma constatação insuficiente para o processo de educação (LOUREIRO, 2019), no entanto, efetivar a ação será a solução.

Para se educar criticamente, algumas etapas se fazem necessárias. O primeiro passo seria entender os sentidos e concepções do exemplo da água, conhecendo quais seriam as questões relacionadas ao desperdício, variando entre os diferentes sujeitos e realidades. Em seguida, identificar os conceitos presentes, entendendo a escassez de água como processo natural e histórico (LOUREIRO, 2019) que precisa ser problematizado. O movimento seguinte é de organização das relações e conhecimentos por meio de categorias que sistematizam os conteúdos trabalhados, a partir da realidade dos sujeitos envolvidos.

Esse conhecimento problematizador, organizado e crítico, indica os caminhos de construção de alternativas práticas. Aqui entram atitudes individuais e ações coletivas que possibilitem as transformações desejadas e necessárias. Ou seja, chega-se às ações e condutas pelo conhecimento sistematizado e pela consciência crítica desenvolvida, saindo do senso comum que recomenda comportamentos padronizados a partir da constatação imediata do problema (LOUREIRO, 2019, p. 58 – 59).

Sobre a perspectiva crítica de EA, Loureiro (2019) apresenta quatro diretrizes que organizam as atividades relacionadas ao processo educativo. A primeira seria o favorecimento de apropriação de informações, buscando trabalhar com linguagens, facilitando a formação de opiniões. A segunda diretriz diz respeito a produzir conhecimentos de forma coletiva que permitam a organização e atuação na realidade a ser transformada. A terceira diretriz diz respeito ao fomento de atividades políticas e econômicas para atuar na reversão das desigualdades. A última diretriz traz a elaboração de práticas culturais e políticas que reforcem o resgate das identidades dos sujeitos participantes do processo educativo.

Para o processo do resgate das identidades na reversão das desigualdades é importante: “[...] o confronto entre o conhecimento prévio que carregamos em nossas visões de mundo e o real, movimentando-nos em direção a um novo conhecimento que nos mobilize para certos fins” (LOUREIRO, 2019, p. 97). Loureiro (2019) encerra a obra reforçando a necessidade de o diálogo sobre EA estar presente nos espaços escolares, em todos os seus níveis, buscando uma condição de igualdade. Destaca a importância de pesquisas, publicações e reflexões acerca da EA, para que novas iniciativas de transformação possam surgir.

### 3.2: Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política

Carlos Frederico Bernardo Loureiro inicia abordando questões referentes à ecologia política e às consequências do crescente modo de produção capitalista de mercadorias que visa a atender certos padrões de vida de parte da população, estabelecendo como prioridade o acúmulo de riquezas. “Não faz sentido afirmar que a transformação da natureza é um problema, e sim afirmar que modos específicos de produção, territorialmente determinados, levam a transformações insustentáveis sob o prisma social e ecológico” (LOUREIRO, 2012, p. 25).

Defende que não existe uma “receita de bolo” com soluções para as questões ambientais, destacando que para ocorrer às mudanças é necessário que transformações e rupturas existentes da realidade aconteçam. Ainda, apresenta a caracterização do que é bem comum, em que: “[...] a natureza só pode ser apropriada para fins de interesse de realização justa de cada um e da coletividade” (LOUREIRO, 2012, p. 41).

[...] só há espaço público à medida que os socialmente desiguais se encontrem como sujeitos autônomos e protagonistas políticos e só há ambiente como bem comum à medida que o acesso à riqueza produzida e à natureza seja justo, e os diversos modos de se organizar com base em processos econômicos e culturais sustentáveis sejam respeitados. (LOUREIRO, 2012, p. 46)

Em seguida, o autor apresenta a relação dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais com as lutas ambientais, narrando a história e origem de alguns movimentos, com exemplos de movimentos sociais que adotam também o debate ambiental em suas atividades (LOUREIRO, 2012).

Loureiro (2012) aborda a questão da sustentabilidade<sup>1</sup> voltada para a educação trazendo algumas polêmicas iniciadas nos anos 1990, ou seja: “[...] precisamos de educação para o desenvolvimento sustentável, para a sustentabilidade, para o meio ambiente, ou simplesmente educação ambiental?” (LOUREIRO, 2012, p. 76). Defende que na EA é preciso: “[...] pensar nos componentes sociais e ecológicos do ambiente” (LOUREIRO, 2012, p. 77). Além de apresentar o perfil da EA brasileira desde 1970 a partir das entidades como a Secretaria Especial do Meio Ambiente, assim como também descreve a inserção de uma metodologia crítica e libertadora de Paulo Freire (LOUREIRO, 2012). Encerra o livro com

---

<sup>1</sup> “Criar e fomentar processos pelos quais a sustentabilidade, enquanto premissa geral, seja incorporada e assumida pela educação; e a educação seja sempre uma prioridade para as estratégias de promoção da sustentabilidade em qualquer política pública e proposta de desenvolvimento” (LOUREIRO, 2012, p. 75).

algumas sugestões de atividades de EA voltadas à mobilização e atuação política, atividades de sensopercepção<sup>2</sup> e atividades voltadas para a gestão ambiental.

### 3.3: Trajetória e fundamentos da educação ambiental

Loureiro (2006) divide a obra: “Trajetória e fundamentos da educação ambiental” em cinco capítulos. Inicia retomando o debate sobre as razões de voltar aos fundamentos da EA, afirmando que é necessário repensar em que setores sociais a EA é capaz de atuar, visando: “[...] propiciar o entendimento crítico de categorias-chave em EA, principalmente do que significa *transformar, conscientizar, emancipar e exercer a cidadania* em educação e para o ambientalismo” (LOUREIRO, 2006, p. 20). Tais denominações para EA: “[...] se referem, enquanto práxis social e processo de reflexão sobre a vida e a natureza, contribuindo com a transformação do modo como nos inserimos e existimos no mundo, a única categoria teórico-prática estruturante: educação” (LOUREIRO, 2006, p. 35).

Aborda algumas questões éticas que devem ser tratadas com atenção em EA, em que o desafio está em buscar condições de igualdade para a sociedade, ao “[...] agir com consciência reconstruindo a própria consciência e modificando a realidade” (LOUREIRO, 2006, p. 52). Em seguida, apresenta cinco situações que exemplificam elementos que considera centrais ao falar em EA: descontextualização dos temas geradores; ingenuidade em relação à finalidade e alcance dos projetos junto a empresas privadas; valorização das campanhas como procedimento educativo descoladas de uma proposta pedagógica; redução da educação à divulgação científica e à formação de hábitos; e baixa compreensão acerca do significado de desenvolvimento e progresso, dentre outras incongruências cotidianas sobre a EA.

Apresenta algumas finalidades da educação em sociedade e épocas diferentes. Após apresentar essas finalidades, encerra o debate afirmando que: “[...] a educação implica e é implicada por processos teóricos e práticos políticos, culturais e sociais que redefinem os valores que são considerados a uma dada sociedade, adequados a uma vida digna e sustentável” (LOUREIRO, 2006, p. 63) livres das relações de dominação.

Na perspectiva da Educação Ambiental transformadora, a consciência crítica é uma atividade permanente que pressupõe não só a dinâmica e a capacidade de refletir sobre a condição de existência, mas também a capacidade de fazer com que estejamos aptos a projetar para além desta, em um movimento contínuo de conhecimento da realidade, atuação e superação das relações de dominação e opressão entre humanos e humanidade-natureza (LOUREIRO, 2002, p. 97).

<sup>2</sup> “São dinâmicas que envolvem a dimensão sensorial, a percepção e a corporalidade em seus nexos e na relação com as questões emancipatórias [...]. Servem para demonstrar que os aspectos sensoperceptivos e lúdicos também são importantes para a prática crítica em educação ambiental” (LOUREIRO, 2012, p. 94)

A partir de uma atividade crítica da realidade, Loureiro destaca alguns momentos importantes para que a EA ganhe espaço e força mundialmente. Cita a Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, em 1977, como encontro de referência, momento em que Loureiro (2006) sugere a implementação de políticas públicas específicas sobre a EA, de modo que a mesma fosse consolidada e universalizada.

Destaca os seminários, conferências, congressos e jornadas realizadas em diferentes países que contribuíram para o desenvolvimento da EA. “Verificamos que em todas as grandes conferências, a dimensão cidadã e ética permeou as discussões e foi reforçada nos constantes apelos à formação de novos códigos morais e de comportamentos condizente com as perspectivas ecológicas de mundo” (LOUREIRO, 2006, p. 74). Também aborda as questões de como a EA foi inserida no Brasil, o que, segundo o autor, aconteceu tardiamente: “[...] nos setores governamentais e científicos vinculados à conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino da ecologia” (LOUREIRO, 2006, p. 80). Pensar a EA de forma crítica requer relacionar a perspectiva transformadora e emancipatória de modo marcante vinculada ao pensar e fazer implicando transformação das ações socioambientais.

A Educação Ambiental transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais. (LOUREIRO, 2002, p. 89)

Partir do ponto de vista da transformação das ações em EA traz intrínseca a mesma de forma crítica. Ao finalizar a obra, Loureiro ressalta a importância de buscar a inserção das perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA para que mudanças significativas possam ocorrer de forma individual e coletiva na sociedade.

### **3.4: Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos**

O capítulo é a introdução do livro, apresentando entendimento da questão ambiental em perspectiva crítica, polêmicas entre os conceitos de sustentabilidade e educação, bem como apresenta as políticas sobre EA.

O autor defende a educação crítica para evitar as “receitas prontas” que pouco contribuem para a superação do cenário educacional. Defende que a educação é um ato político e intencional, sendo que: “[...] sua finalidade está na supressão das formas de

denominação que determinam as injustiças sociais e ambientais contemporâneas e que reduzem a vida a mercadorias” (LOUREIRO, 2015, p. 36)

Ao falar sobre sustentabilidade, o autor diz que o tema pode trazer vários significados, e busca a aprovação de agentes sociais e da população, como se apresentasse soluções ideais para os problemas enfrentados sem deixar claro como isso seria feito. Ainda, apresenta dois modelos de sustentabilidade: o primeiro seria a proposta de ecodesenvolvimento que se refere a sustentabilidade como a capacidade de um sistema de se adaptar a mudanças; e o segundo modelo, preconizado pela ONU, Unesco, cujo objetivo da sustentabilidade é o processo que permite o desenvolvimento sustentável, alcançando mercados estáveis via desenvolvimento tecnológico.

Para o debate referente à EA, a sustentabilidade é dividida em forte e fraca. A fraca aceita perda de patrimônio natural em razão do progresso e se estende ao bem-estar da população, e a forte defende a manutenção da integridade do ecossistema e defende a garantia da justiça social, buscando a substituição dos atuais modos de produção, assegurando a proteção ambiental (LOUREIRO, 2015).

Neste sentido, o autor apresenta um dos aspectos mais polêmicos em termos de sustentabilidade para a EA, sendo o uso da palavra “desenvolvimento” junto a “sustentável”, dizendo que os educadores ambientais no Brasil tendem a rejeitar essa denominação, adotando o termo “sociedade sustentável”, expressando o desejo de que as sociedades sejam sustentáveis em um todo e não somente as relações econômicas.

Neste sentido, o autor questiona se precisamos de educação para o desenvolvimento sustentável, educação para o meio ambiente, educação para a sustentabilidade ou apenas educação? O que precisa ser levado em consideração é a maneira de como a temática está presente nas escolas básicas, pensando-se em qual crítica se faz presente.

Outras críticas se encontram em dois pontos do documento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). O primeiro está identificado em mudar comportamentos enquanto ações de cada pessoa em sociedade, como finalidade da educação: a formação humana. Destaca ainda, no campo da EA, que com este discurso: “[...] o problema deixa de se situar no lugar do sujeito nas relações de produção e na vida cotidiana e passa para a esfera do julgamento moral” (LOUREIRO, 2015, p. 52). A segunda crítica está na forma de como a Unesco encerra o documento, defendendo como objetivo uma educação de conscientização sobre as implicações da preservação. Segundo Loureiro (2015), o argumento evidencia seu caráter conservador em termos pedagógicos, pois conscientizar vira sinônimo de informar ou no máximo de ensinar o outro o que é certo por intermédio do conhecido,

ensinando comportamentos adequados à preservação. O autor destaca que, neste sentido, conscientizar só cabe no sentido de “conscientização”; apoiando-se em Freire, diz que é necessária uma leitura do mundo, pois é preciso conhecê-lo para transformá-lo.

Finalizando o capítulo, o autor apresenta algumas políticas públicas em EA no Brasil com o avanço em normativas, comissões, fóruns e eventos que tratam sobre o tema, citando algumas iniciativas federais, destacando a relevância histórica que a EA já percorreu, abrindo possibilidades para os caminhos capazes de transformar a realidade.

### **3.5: Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental**

Loureiro (2011) contextualiza o capítulo em dois momentos. O primeiro refere-se à sua trajetória pessoal enquanto educador ambiental, com a participação em diferentes setores sociais e sua experiência acadêmica relacionada a estudos e diálogos com diferentes ambientalistas. O segundo momento é de ordem conjuntural, buscando explicitar como pensamos na EA, já que não há uma EA universalizada como política pública.

É preciso avançar permanentemente, todavia, isso não se dá pela simples negação direta das práticas, teorias e visões de mundo estabelecidas, recaindo-se nos mesmos equívocos que se procura negar. É preciso problematizá-las, situá-las historicamente, compreender em que contribuem e que possuem limites para se construir novas sínteses que expressem outros caminhos (LOUREIRO, 2011, p. 114).

Apresenta alguns exemplos problematizadores da EA, como: “[...] pensar na sociedade como uma relação harmônica e sem considerar o contexto, é fornecer um grau de generalidade que não resulta em ação para a transformação” (LOUREIRO, 2011, p. 117); “[...] associar os problemas ambientais à noção de desequilíbrio focada na inserção de uma espécie em relação às demais e ao ecossistema” (LOUREIRO, 2011, p. 119); e “[...] associação entre crescimento populacional e impacto ambiental” (LOUREIRO, 2011, p. 122).

Defende que: “O posicionamento crítico, integrador, relacional e propositivo é crucial para a superação dos problemas no campo da EA, e da desarticulação entre políticas voltadas para a reversão dos padrões culturais e econômicos dominantes” (LOUREIRO, 2011, p. 109). Ele afirma que, para o debate sobre a EA avançar, é necessária a problematização e a compreensão das práticas, teorias e visões de mundo estabelecidas.

### **3.6: Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica planetária**

O autor inicia o capítulo defendendo que a EA é uma práxis educativa e que, para a real transformação da sociedade e mudanças ambientais significativas, a EA: “[...] é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza” (LOUREIRO, 2002, p. 69). Ressalta que uma educação crítica sensibiliza para os reais problemas ambientais existentes no contexto atual. Torna-se importante abordar uma reflexão crítica para discutir a EA como parte do movimento social contemporâneo, por meio de práticas educativas e dos espaços pedagógicos.

Uma pedagogia crítica e ambientalista deve saber relacionar os elementos sócio-históricos e políticos aos conceitos e conteúdos transmitidos e construídos na relação educador-educando, de modo que evite um trabalho educativo abstrato, pouco relacionado com o cotidiano dos sujeitos sociais e com a prática cidadã (LOUREIRO, 2002, p. 80).

O fato de buscar associar conteúdos curriculares com o cotidiano dos alunos facilita a formação de sujeitos críticos, capazes de propor possíveis soluções para os problemas ambientais enfrentados. Loureiro aponta cinco aspectos importantes que relacionam a cidadania no contexto da EA: “Esses cinco aspectos da reflexão sobre a construção da cidadania ecológica, cerne da prática educativa ambientalista, são essenciais para a obtenção da garantia de uma cidadania local e do senso de pertencimento a uma sociedade” (LOUREIRO, 2002, p. 95). O primeiro deles é que educação sozinha não é a solução, o segundo esclarece a responsabilidade do indivíduo na sociedade. O terceiro, a associação de processos educativos formais às demais atividades sociais e ambientais. O quarto parte da conscientização de que não basta que cada um faça sua parte, e sim a busca pelo enfrentamento coletivo, com a atuação em movimentos organizados, e o quinto está no direito de cada cidadão reivindicar um ambiente sadio.

### **3.7: Teoria social e a questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental**

Sobre o primeiro capítulo do livro *Sociedade e Meio Ambiente*, Loureiro aborda aspectos de caracterização da interface social e crítica e a questão ambiental, questões de cidadania ecológica e democracia, defendendo que o enfoque interdisciplinar e crítico são indispensáveis para a discussão da temática.

O autor defende o resgate de uma EA crítica, capaz de evidenciar as contradições entre ambientalismo e capitalismo, e orientar esforços para definição de estratégias capazes de modificar a estrutura social vigente (LOUREIRO, 2000) por meio de um projeto de defesa da vida, da natureza, do outro.

O projeto de emancipação humana necessita estar associado ao projeto de defesa da natureza - um não existe sem o outro-, pois a dissociação implica a perpetuação dos modelos vigentes, ou o revigoramento de panoramas fascistas de defesa da espécie humana ou, no extremo oposto, de defesa das espécies ditas naturais (LOUREIRO, 2000, p. 24).

São características marcantes para o ambientalismo e suas implicações na sociedade, necessitando um extremo cuidado ambiental. Loureiro encerra o capítulo apresentando as questões mais relevantes, a fim de: “[...] contribuir para uma EA crítica e de um ambientalismo capaz de se concretizar como movimento histórico de transformação radical da sociedade em que vivemos” (LOUREIRO, 2000, p. 46), em que destaca o fator econômico como um dos causadores da degradação ambiental.

Portanto, destacamos, com base nos livros e capítulos de Loureiro, que a questão da sustentabilidade foi amplamente abordada no L2, bem como as políticas públicas e a tentativa de diminuição da desigualdade social existente por meio dos movimentos sociais. Encontramos alguns aspectos marcantes e fundamentos da educação, visto a perspectiva crítica de EA no L2. Loureiro destaca em suas obras a importância de se conhecer a realidade de cada sujeito, para que este então consiga emancipar-se e transformar-se criticamente, tornando-se apto para propor mudanças e transformações em meio a sua realidade individual e coletiva (L3). Cabe destacar que os estudos dos livros e capítulos de Loureiro sinalizaram para as três perspectivas de EA, a saber:

-crítica: por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis; - emancipatória: ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material e, - transformadora: por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas (LOUREIRO, 2012, p. 88-89).

O entendimento de tais perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA impulsionou a organização da segunda categoria, em discussão a seguir, respectiva à análise das teses e dissertações, tendo como referência as três perspectivas de EA.

#### 4. PERSPECTIVA CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL LOUREIRIANA

Tendo como referência a perspectiva crítica, transformadora e emancipatória em atenção às ideias de Loureiro, analisamos as teses e dissertações. No quadro 3 está o número das páginas em que as palavras: “crítica, transformadora e emancipatória” foram encontradas com foco na EA. No entanto, mesmo aparecendo mais de uma vez na página, foi contada apenas uma vez.

Quadro 3: Teses e dissertações na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

<b>Código</b>	<b>Crítica</b>	<b>Transformadora</b>	<b>Emancipatória</b>
<b>T1</b>	12, 13, 85, 90, 92, 93, 95, 111, 115, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 149, 155, 156, 177, 181, 182, 185	123, 124, 130	72, 74, 123
<b>T2</b>	17, 24, 25, 35, 36, 37, 51, 90, 134, 145, 146, 149, 150, 152, 153, 160, 164, 166, 174, 177, 208, 237, 249, 253	22, 30, 35, 36, 48, 50, 51, 60, 74, 166, 253	125, 148, 174, 250
<b>T3</b>	89, 94, 95, 120, 121, 122, 130, 134, 144, 152, 153, 161	18, 104, 134	22, 47, 104, 118,
<b>T4</b>	64, 99	99, 145	-
<b>T5</b>	34, 54, 67, 72, 80, 81, 102, 104, 123, 126, 127, 128, 146, 158, 166, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 185, 195, 210, 224, 230, 231, 232, 234, 237, 239, 245, 247, 259, 277, 285, 294, 299, 301, 303, 308, 311	79, 208, 280	280
<b>D6</b>	17, 30, 33, 34, 95, 113, 116, 155	17, 23, 31, 32, 34, 106, 113, 119	33, 34, 49, 64, 113, 155
<b>D7</b>	1, 7	-	-
<b>D8</b>	32, 33, 36, 40	33	33, 37
<b>D9</b>	-	56	-
<b>D10</b>	15, 33, 39, 45, 69	-	39
<b>D11</b>	11, 12, 16, 17, 18, 20	17, 56	17, 18
<b>D12</b>	46, 50, 59, 80, 105	46, 47, 48, 50, 80	46, 47, 48
<b>D13</b>	27, 29	28, 29	21, 27, 28, 29

Observamos que a perspectiva crítica foi a mais abordada nas teses e dissertações analisadas, tendo um percentual de 66,03%. Já a perspectiva transformadora possui um percentual de 19,62%, e a emancipatória 14,35%. Cabe destacar que a ideia não foi de comparar uma perspectiva com outra, dizendo qual apareceu mais ou menos, até porque elas se complementam. A questão de fazer o Quadro 3 respectivo às treze pesquisas foi pelo motivo de visualização do número de vezes que os pesquisadores buscaram fundamentação em Loureiro.

Assim, cabe dizer que, em T3, a perspectiva crítica encontra-se no seguinte fragmento: *“Nosso entendimento é que a EA crítica expressa uma concepção de mundo que pode nos orientar em diversos espaços. Fundamentando-se no pensamento marxista<sup>3</sup>, a pedagogia crítica toma como referência de interpretação de realidade, as categorias fundamentais no materialismo histórico dialético: totalidade, concreticidade, historicidade e contraditoriedade”* (BATISTA, 2019, p. 21 – 22). Em relação ao exposto Gomes (2014, p. 438), complementa:

O ensino centrado no campo da complexidade, fazendo uso do método dialético, é essencial para a constituição da EA crítica. Por conseguinte, a superação do paradigma cartesiano, através da dialética, inserindo no ambiente escolar a valorização da subjetividade nas relações sociais e na construção do conhecimento, permitirá ao ensino crítico/emancipatório tornar-se o viés para a superação das desigualdades sociais e da degradação ambiental.

Imbricar-se na EA requer conhecer as contradições que existem entre o crescimento econômico e a questão socioambiental, assim como entender: “[...] que o processo de constituição de um educador ambiental dá-se, também, a partir do pertencimento ao campo da educação ambiental, ao lugar de atuação profissional” (ALBANI; COUSIN, 2018, p.175). A ação de conhecer a realidade do sujeito, sua história, cultura e o meio social em que vive, para que então a EA possa ser trabalhada na perspectiva crítica, emancipatória e transformadora, são características marcantes e necessárias, a exemplo: “[...] o ato de conhecer é o movimento que realizamos para ir além do que está exposto, do ponto de vista do entendimento da situação, das explicações geradas pela articulação entre teoria e prática” (LOUREIRO, 2019, p. 57). Layrargues (2012, p.394) contribui ao destacar que a EA precisa ser: “Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, é resultado da insatisfação com o domínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas”.

Por esse viés, destacamos que perspectiva crítica defendida por Loureiro baseia-se nas concepções pedagógicas de Freire: “[...] em diálogo com as tradições marxistas e humanistas apresenta-se como ação social de aprimoramento pela aprendizagem e pelo agir, vinculados aos processos de transformação societária, ruptura com a sociedade capitalista e formas alienadas e opressoras de vida” (PIEPER; SANTOS; PIMENTEL, 2012, p. 701).

Urge nos inspirarmos, segundo Piper; Santos; Pimentel (2012, p. 697):

---

<sup>3</sup> Método de análise sobre as relações de classe e conflito social, onde “a separação entre teoria e prática é algo a ser evitado, devendo ser respeitada a construção praxiológica do conhecimento – o que exige elaborar conceitos a partir da materialidade e na atuação no mundo” (LOUREIRO, 2019, p. 25).

“[...] em ações educativas que posicionem a educação imersa no mundo da vida, historicizada e espacialmente situada, conectada às questões urgentes do nosso tempo, que acrescenta uma especificidade de compreender as relações sociedade-natureza”, no intuito de melhorar essas relações. O que exige o comprometimento de todos nós, inicialmente nos responsabilizado em buscar mais conhecimento sobre os aspectos da EA.

Um dos exemplos é o excessivo consumo dos bens materiais considerados finitos. O que exige uma ampla discussão sobre a EA em vários âmbitos na sociedade nos setores políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, “[..] buscando religar o conhecimento do mundo à vida dos educandos para transformá-los leitores críticos do mundo à intervenção nos problemas e conflitos ambientais (PIEPER; SANTOS; PIMENTEL, 2012, p. 698).

No que diz respeito à inserção das instituições educativas na comunidade, junto aos movimentos sociais, compreendendo inicialmente entender-se como sujeito ecológico individualizado, historicamente situado, sendo que os problemas ambientais precisam ser trabalhados na coletividade, de forma que o indivíduo se posicione criticamente por meio das relações dialógicas. Também importa dizer: “[...] a partir da *práxis* dos movimentos sociais, tendo Paulo Freire como referência, é possível intervir também nos espaços de educação formal, trabalhando a educação ambiental, de forma que essa possa contribuir para a transformação social” (ALBANI; COUSIN, 2018, p.178).

“A *Educação Ambiental Crítica* pode ser descrita, então, como uma síntese de práticas educativas que possui como compromisso social historicista criticamente as relações que o ser humano concretiza com a natureza, seja no âmbito produtivo (econômico), seja no âmbito político-ideológico” (PENELUC, 2019, p. 119) em T1. Para tanto: “[...] o ponto de partida para o pensamento crítico é pensar no sentido dos seres em suas determinações históricas, naquilo que torna possível múltiplas existências na materialidade” (LOUREIRO, 2019, p. 93). O que nos faz pensar que: “[...] na EA crítica, não se parte de um abstrato o que é o ser humano, mas sim de qual ser humano é possível em cada uma das distintas sociedades e modos de produção de vida” (LOUREIRO, 2019, p. 35).

No campo da Educação Ambiental, exemplo clássico de que ela em si não é garantia de transformação efetiva, mas pode ser também a reprodução de um viés conservador de educação e sociedade, são alguns dos programas de coleta seletiva de lixo em escolas. Partem de um pressuposto equivocado: o de que o lixo sempre é o problema principal para a comunidade escolar, e em grande medida acabam, intencionalmente ou não, reproduzindo uma Educação Ambiental voltada para a reciclagem, sem discutir a relação produção-consumo-cultura (LOUREIRO, 2003, p.38).

Em relação à perspectiva transformadora de EA, questões individuais e coletivas precisam caminhar juntas, bem como a perspectiva crítica relacionada. Em atenção à citação

anterior: “[...] outros temas são prioridades e, portanto, possuem um efeito mobilizador muito mais intenso (água, depredação da escola, poluição sonora, ausência de área de lazer etc.)” (LOUREIRO, 2003, p.39), do que a questão do lixo, por exemplo, que acaba reforçando um ensino reprodutivista, consumista e descartável: “Logo, é possível afirmar que o potencial crítico e transformador da educação está no desvelamento da realidade, na ação política coletiva e na garantia da autonomia individual, na formulação de valores e pensamentos” (LOUREIRO, 2006, p.131).

Consideramos importante tomar cuidado aos dois discursos de transformação: um “[...] conservador, em que o processo educativo promove mudanças superficiais para garantir o *status quo*, a alteração de certas atitudes e comportamentos, sem que isso signifique incompatibilidade com o modelo de sociedade contemporânea em que vivemos” (LOUREIRO, 2003, p.38).

Há um outro eixo revolucionário e emancipatório que pode ser realmente chamado de *Educação Transformadora*, em que a dialética forma e conteúdo se realiza plenamente, de tal maneira que as alterações da atividade humana implicam em mudanças radicais, individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e político-sociais, psicológicas e culturais; em que o sentido de revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência (LOUREIRO, 2003, p.39).

Loureiro define a EA transformadora como: “[...] aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre a forma e o conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas” (LOUREIRO, 2006, p. 89). Nesta perspectiva, o diálogo se faz presente no sentido de como nos educamos:

Numa perspectiva transformadora e popular de EA, nos educamos dialogando com nós mesmos, com aquele que nos identificamos como sendo de nossa comunidade, com a humanidade, com os outros seres vivos, com os ventos, as marés, os rios, enfim, o mundo, transformando o conjunto das relações pelas quais nos definimos como ser social e planetário. (LOUREIRO, 2006, p. 24).

Neste sentido, (D6): “[...] é premissa básica de a EA auxiliar o estudante a conscientizar-se sobre o impacto socioambiental das suas ações para que atue no mundo de forma responsável e ética” (CESCHINI, 2018, p. 30). Sendo que: “A EA transformadora objetiva proporcionar ao sujeito a construção de princípios dialógicos, o desenvolvimento da consciência socioambiental e a responsabilidade social, para que atuem de forma crítica na transformação da sociedade” (CESCHINI, 2018, p. 32).

“É necessária uma ação educativa, integral e articulada a outras esferas da vida social para que se consolidem políticas públicas democráticas e iniciativas capazes de levar a rupturas com o modelo contemporâneo de sociedade” (LOUREIRO, 2006, p. 77). Na condição de que: “Educar é emancipar a humanidade, criar estados de liberdade diante das condições que nos colocamos no processo histórico e propiciar alternativas para irmos além de tais condições” (LOUREIRO, 2006, p. 32).

Educar para a emancipação exige consciência para: “por a ação em movimento; incorporar em nossa interioridade (razão e emoção) a questão ambiental no cotidiano de nossa ação (exterioridade) com prioridade” (GUIMARÃES, 2004, p.86). Como por exemplo: (D13): “*Para uma EA emancipatória é indispensável que o contexto social e cultural dos sujeitos sirva como ponto de partida para a interação dialógica entre eles*”. [...] “*Como uma prática social, os processos emancipatórios tornam possível a tomada de consciência de cidadania e da importância de sua participação e cooperação para a transformação da realidade*’ (FERRAZ, 2012, p. 27-28).

Eis a lição que fica para todos nós, educadores ambientais: saber atuar com competência técnica; ter uma atitude crítica e autocrítica; apaixonar-se pela vida e pelo que se acredita; se dispor a aprender sempre, mudar individualmente e de modo articulado ao agir politicamente para transformar as condições históricas e estruturais nas quais nos movemos, pelas quais somos constituídos e as quais nos construímos (LOUREIRO, 2011, p. 109).

Outra lição de fundamental importância para a perspectiva emancipatória é o diálogo, sob a perspectiva transformadora; no entanto, não é qualquer diálogo, pois: “O diálogo em si não emancipa, mas sim o processo social que toma o diálogo como pressuposto e exigência prática, instituído pelos agentes sociais em seus movimentos transformadores na sociedade, materializando as mudanças sonhadas” (LOUREIRO, 2019, p. 54).

Não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito [...]. O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não se pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

Entendemos e destacamos a importância das três perspectivas crítica, transformadora e emancipatória, que se entrecruzam, as quais foram apresentadas na escrita acima com alguns pontos e/ou conceitos chaves, como, por exemplo, a última chamada referente à perspectiva emancipatória que traz a tomada de consciência, interação dialógica e a transformação da

realidade. São perspectivas que precisam estar mais presentes não só nos espaços escolares como também em nossos discursos nos diferentes contextos sociais, culturais e públicos, fazendo com que as mudanças sejam significativas na sociedade, partindo de cada sujeito e com a coletividade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que com esta pesquisa foi possível potencializar a discussão da perspectiva crítica, transformadora e emancipatória de EA presente de forma marcante nas escritas do pesquisador Loureiro. Estas, extremamente complexas e necessárias para o aprofundamento do conhecimento sobre a EA a nível local e global, carecendo de entendimento sobre a natureza, sociedade, ser humano e educação.

Para tanto, a prática educacional intrínseca a EA exige o conhecimento da posição ocupada pelos sujeitos a respeito da estrutura econômica, social, cultural e política. Tendo em vista que o modo capitalista de produção atual pode gerar um sujeito individualista e desligado de seu contexto, muitas vezes, fugindo sem perceber daquilo que o torna mais humano. “Não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pela natureza, como sujeitos localizados temporal e espacialmente” (LOUREIRO, 2006, p. 130).

Ao pesquisarmos as escritas de Loureiro, tivemos um entendimento das três perspectivas de EA em sua singularidade e complementaridade. No que tange ao estudo dos três livros, destacamos que o de 2019 trouxe com afinco a prática social, transformação social, relações sociais, processo social de forma crítica entre os conceitos mais relevantes. Sobre o livro de 2012 foi possível observar a questão dos movimentos sociais, desenvolvimento sustentável e a ecologia política, enquanto no livro de 2006 o que chamou atenção foi a perspectiva transformadora de EA.

A perspectiva crítica (com maior percentual – 66,03%) busca entender a realidade em que o sujeito está inserido, negando as relações de dominação, entendendo o processo histórico da sociedade ao refletir sobre cada ação. “O que define o caráter crítico, o foco da análise, são os conteúdos trabalhados e o lugar das atividades no processo educativo” (LOUREIRO, 2019, p. 62).

Enquanto a perspectiva transformadora de EA (com 19,62%) busca ações para modificar as relações de dominação e desigualdades sociais existentes na sociedade capitalista, capazes de implicar mudanças significativas individuais e coletivas na sociedade (LOUREIRO, 2006). Para a emancipatória é necessária: “[...] a preparação dos sujeitos da ação educativa feita prioritariamente para estes se organizarem e intervirem em processos decisórios nos espaços de participação existentes” (LAYRARGUES, 2006, p. 16) convergindo para a autonomia do ser humano tomar consciência e conseguir transformar a realidade.

Portanto, a presente pesquisa trouxe novas reflexões sobre a EA, tendo por base as perspectivas crítica, transformadora e emancipatória de EA firmadas pelo viés Loureiriano,

Assim destacamos que as três perspectivas de EA se entrecruzam, impulsionando a formação de educadores ambientais com potencial transformador das próprias ações e do espaço ocupado de forma responsável e consciente. O que nos instiga buscarmos pela formação de sujeitos capazes de compreender a EA de forma ampla e, com isso, sermos capazes de modificar a realidade em nossas aulas, o que vai gerar mudanças significativas na sociedade contemporânea, que está carente de entendimento sobre as questões socioambientais.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBANI, I. C.; COUSIN, C. da S. As contribuições de Paulo Freire para pensar a inserção da Educação Ambiental Crítica e Transformadora em processos formativos com os Movimentos Sociais. In: PEREIRA, V. A.; CLARO, L. C.; MIRANDA, S. A. **Horizontes da Educação Popular na perspectiva de Paulo Freire**. Passo Fundo: Méritos, 2018, p.167-181.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Róger Walteman. Por uma educação ambiental crítica/emancipatória: Dialogando com alunos de uma escola privada no Município de Rio Grande/RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n.3, p. 430-440, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/13171>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 388-411, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1677>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para que a educação ambiental encontre a educação. In: LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11 – 18.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental: Questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, n.1, p. 37-54, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>. Acesso em: 04 set. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAMOSA, R. de A. C. (Org.). **Educação Ambiental no Contexto Escolar**. Rio de Janeiro: Quartet: 2015. p. 35 – 67.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13 – 51.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.).

**Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 104 – 161.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 69 – 98.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. São Paulo; Papirus, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Epu, 1986.

PIEPER, D. da S.; SANTOS, T.; PIMENTEL, R. Meio ambiente e justiça ambiental: a educação ambiental como práxis social. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental.** Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 696-704, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/4142>> . Acesso em 04 de novembro de 2019.

UHMANN, R. I. M.; VORPAGEL, F. S.; GÜNZEL, R. E. Livros Didáticos de Química em Foco na Educação Ambiental e Alimentar. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental,** Rio Grande, v. 35, p.242-259, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7256>>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

#### **Referências das teses e dissertações analisadas**

BATISTA, M. S. S. **A temática ambiental na educação superior: políticas, gestão acadêmica e projetos de formação nos cursos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.** 2004. 195 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/?jspui/handle/123456789/18318>> . Acesso em 28 de agosto de 2019. (T3)

CESCHINI, M. S. C. **Avaliação processual pela metodologia IBSE (inquiry based Science education) na formação ecocidadã: contribuições para o ensino de ciências.** 2018. 220f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências. Bagé, 2018. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/3949>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D6)

COSTA, C. A. S. **A interdisciplinaridade na produção em educação ambiental: uma leitura ontometodológica à luz do materialismo histórico-dialético.** 2015. 274f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2015. Disponível em:< <http://repositorio.furg.br/handle/1/6010>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (T2)

DIBO, A. C. S. **A educação ambiental no curso técnico ou nível médio em agropecuária na forma integrada do IFAM/Campus Mauês.** 2016. 77f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2176>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D9)

FERRAZ, J. B. S. **Educação ambiental emancipatória: possibilidades em uma escola pública.** 2012. 114f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3702>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D13)

FILHO, F. D. M. **Educação ambiental: mediações sociais e políticas e a indolência do poder público à sua inclusão no ensino formal.** 2010, 318f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14256>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (T5)

GUIMARÃES, B. R. **O estado da arte da agroecologia na UFRRJ com enfoque nas produções acadêmicas em agroecologia na pós-graduação.** 2017. 124f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2581>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D7)

PENELUC, M. C. **Educação ambiental crítica na escola e crítica ideológica.** 2018. 215f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Salvador, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25973>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (T1)

PEREIRA, M. O. R. **PEAS – Programas de educação ambiental no licenciamento: uma análise e uma proposta pedagógica para além do capital social.** 2010. 168f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/2895>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (T4)

SCHROEDER, A. **“Escute um pouco seu mestre menina...” O ambiente gingado e narrado a partir da capoeira angola: tecendo conexões entre corpo, cultura e educação ambiental.** 2017. 117f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22494>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D8)

SILVA, C. M. A. **Educação ambiental e a troca de saberes.** 2016. 114f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2126>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D10)

WITT, J. R. **Educação ambiental em unidades de conservação: a experiência da ação cultural de criação saberes e fazeres da mata atlântica no litoral norte gaúcho.** 2013. 133f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/6071>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D12)

XAVIER, J. V. **Estimulo a percepção de impactos ambientais no meio rural como prática pedagógica para estudantes do curso técnico em agropecuária.** 2015. 65f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica, 2015. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1374>>. Acesso em 28 de agosto de 2019. (D11)